



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO - PARANÁ
ORDENADORIA DA DESPESA - Ramal: 7428 - ordenadoria@trt9.jus.br

Referência: PROAD 7778/2025

Matéria: Contratação regida pela Lei 14.133/2021. Dispensa de Licitação. Contratação para aquisição de Balança mecânica, para até 130 kg, confeccionada em metal, com amparo no art. 75, II, da Lei 14.133/2021.

Interessados(as): Coordenadoria de Material, Logística e Patrimônio - CMLP

I. A Coordenadoria de Material, Logística e Patrimônio requer a contratação direta da empresa **Kaizen Distribuição e Comércio Ltda (CNPJ 43.395.761/0001-00)**, para aquisição de 56 balanças mecânicas, para até 130 kg, confeccionadas em metal (modelo de referência Brasfort 7754), conforme instrumento de formalização da demanda (*doc. 2*) nos autos.

II. Em justificativa para a contratação, a unidade assim se manifesta:

"A aquisição atenderá à demanda da Seção de Sustentabilidade para dar prosseguimento à implantação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do TRT-PR."

III. Em prestígio ao inciso II do art. 72 da Lei 14.133/2021, a unidade apresenta pesquisa de preços mediante a consulta direta a 12 fornecedores, resultando na seleção da empresa que apresentou menor preço global.

IV. A contratação está de acordo com o Plano Anual de Contratações de 2025, no qual está prevista, tendo sido demandada por força do despacho ADG 1443/2025 (*doc. 9*), de 9/12/2025, e observa o somatório do dispendido no exercício por este Tribunal com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

V. Comprovada a regularidade da empresa perante a Fazenda Federal, FGTS e Justiça Trabalhista, conforme certidões juntadas aos autos. Foram apresentadas também, em conjunto com a proposta da empresa, a declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, a declaração de cumprimento da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (art. 63, inciso IV da Lei 14133/2021) e a declaração de ausência de nepotismo (art. 14, inciso IV da Lei 14.133/2021). Demais documentos de habilitação dispensados, nos termos do art. 70, inciso III da Lei 14.133/2021[1], c/c o art. 20 da Instrução Normativa nº 67/2021, Secretaria de Gestão, Ministério da Economia[2].

VI. A fiscalização da futura contratação atenderá ao disposto nos arts. 3º e 4º do Ato 164/2023, da Presidência deste Tribunal.

